



INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E DIREITOS HUMANOS: PERCEPÇÕES DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Bárbara Machry Spengler¹
Katarine Lapuente Souza²
Juliana Brandão Machado³

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo investigar as percepções de professores da primeira etapa da Educação Básica sobre a inclusão de crianças com deficiência. Além disso, relaciona essa questão com a garantia dos Direitos Humanos da criança com deficiência. Para isso, parte de uma abordagem qualitativa e utiliza como instrumento de coleta de dados um questionário composto por questões semiestruturadas, aplicado a sete professores no formato online. Os dados foram analisados a partir da análise textual qualitativa e apresentam como resultado que as professoras que participaram da pesquisa compreendem a Educação Inclusiva na Educação Infantil como um direito das crianças com deficiência. Ao mesmo tempo, essas profissionais indicam desafios para a efetivação da inclusão escolar. Dentre os desafios identificados, destacamos a formação de professores e compreendemos que a presença da temática da inclusão ao longo da formação docente é fundamental para o desenvolvimento profissional de professores que atuam em contextos educacionais inclusivos, de modo a contribuir para a superação de barreiras atitudinais, combate ao capacitismo e garantia de Direitos Humanos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Educação Infantil; Formação de Professores; Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentamos os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo investigar as percepções de professoras sobre a inclusão de crianças com deficiência na primeira etapa da Educação Básica. Além disso, discutimos a Educação Inclusiva na Educação Infantil como uma garantia dos Direitos Humanos das crianças com deficiência.

Dessa forma, partir de uma pesquisa qualitativa desenvolvida através da aplicação de questionários com professores da Educação Infantil que atendem crianças com deficiência, buscamos responder a seguinte questão: como os professores que atuam em contextos inclusivos na Educação Infantil percebem a educação inclusiva?

Para isso, este trabalho está organizado da seguinte forma: iniciamos pela apresentação dos procedimentos metodológicos, em seguida apresentamos os referenciais legais e teóricos que embasam a pesquisa, seguidos pelos resultados e discussões e por fim, as considerações finais.

METODOLOGIA

¹ Mestranda em Educação, Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão. E-mail: barbaraspengler.aluno@unipampa.edu.br

² Mestranda em Educação, Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão. E-mail: katarinesouza.aluno@unipampa.edu.br

³ Doutora em Educação; Universidade Federal do Pampa; campus Jaguarão. E-mail: julianamachado@unipampa.edu.br



Esta pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa (SEVERINO, 2007), utilizando como instrumento de coleta de dados o questionário, que é definido por Gil (2021, p.137) como “um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc”.

O primeiro procedimento metodológico correspondeu à etapa de elaboração do questionário, em que optamos por questões do tipo abertas, formuladas em consonância com os objetivos da pesquisa, ao todo foram elaboradas 8 questões (GIL, 2021).

Em seguida, passamos a aplicação do questionário, o meio utilizado foi o virtual a partir da divulgação do link do formulário online em um grupo de aplicativo de mensagens. Este grupo é composto por professoras de uma escola de educação infantil privada. O formulário foi aplicado no mês de abril de 2023 e obtivemos sete respostas que constituíram o corpus de análise.

O terceiro procedimento foi a análise dos dados em que utilizamos como procedimento a análise textual qualitativa, definida como:

[..] um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma seqüência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do corpus, a unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada (MORAES, 2003, p.192).

A análise dos dados foi realizada a partir das contribuições teóricas do campo da formação de professores, em diálogo com a educação infantil e a inclusiva. Na seção a seguir, apresentamos as concepções que são relevantes para esta investigação.

DESENVOLVIMENTO

Nesta seção buscamos identificar as contribuições legais e teóricas que servem de base para nossas discussões e análises desenvolvidas ao longo deste trabalho. Sendo assim, contempla aspectos referentes a Formação de Professores, Educação Infantil, Educação Inclusiva e Direitos Humanos, e as relações e aproximações entre essas temáticas.

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPCD), promulgada no Brasil, a partir do Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, apresenta elementos importantes para a discussão sobre os Direitos Humanos de crianças com deficiência. Já no Preâmbulo, na alínea r, indica que os Estados Parte da Convenção, reconhecem



que as crianças com deficiência devem gozar plenamente de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em igualdade de oportunidades com as outras crianças e lembrando as obrigações assumidas com esse fim pelos Estados Partes na Convenção sobre os Direitos da Criança (BRASIL, 2009, grifo nosso).

Importante destacar que entendemos como Direitos Humanos aqueles direitos que são inerentes a todos os seres humanos, sem discriminação (ONU, 2023). Entre esses direitos está a educação. No Brasil, a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), as crianças com deficiência passaram a frequentar escolas regulares de educação infantil (BRASIL, 2008).

Na PNEEPEI, a Educação Inclusiva é definida como um paradigma educacional que tem como base a concepção de Direitos Humanos e que busca a equidade educacional (BRASIL, 2008). Na apresentação do objetivo dessa política, é possível identificar que a Educação Infantil está contemplada nessa perspectiva.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial **desde a educação infantil** até a educação superior (Brasil, 2008, grifo nosso).

A Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, é o início e o fundamento do processo educacional. Por ser esta etapa a entrada da criança no processo educacional, muitas vezes é neste momento em que ocorre a primeira separação de vínculos familiares para uma socialização estruturada, neste caso a escola. Por isso, é fundamental que esses espaços se configurem como espaços inclusivos.

Nos Princípios Gerais da CDPCD, mais especificamente Artigo 3, alínea h, é indicado que “O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade” (BRASIL, 2009). Esse princípio vai ao encontro da própria concepção de Educação Infantil presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Como podemos perceber na LDBEN, Lei nº 9394/96, em seu Título V, seção II, em seu artigo 29 afirma que

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).



O principal compromisso da Educação Infantil é desenvolver uma prática pedagógica na qual possa ampliar seus conhecimentos em todos os processos que envolvam o seu cotidiano. Pois assim, a criança constrói novos conhecimentos além do que já sabe, conforme está apresentado na PNEEPEI:

A inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança (BRASIL, 2008).

Para que a inclusão seja efetivada no cotidiano das escolas de Educação Infantil e possa garantir os Direitos Humanos das crianças com deficiência é fundamental que esta discussão esteja presente na formação de professores, em razão disso, discutir a formação de professores.

Para isso, partimos da compreensão de que na promoção de uma educação inclusiva, a formação de professores é um elemento central. Nesse sentido, vale ressaltar que apesar de, nas questões presentes no instrumento de coleta de dados, utilizarmos os termos formação inicial e formação continuada, desenvolvemos nossas análises a partir da concepção de desenvolvimento profissional.

Segundo Marli André (2016), desenvolvimento profissional é a concepção que supera a fragmentação da formação entre inicial e continuada e é definida por Carlos Marcelo (2009, p.7) como “um processo a longo prazo, no qual se integram diferentes tipos de oportunidades e experiências, planejadas sistematicamente para promover o crescimento e desenvolvimento do docente”.

Essa concepção é relevante para as discussões desenvolvidas nesse trabalho pois o desenvolvimento profissional dos professores, suas experiências pessoais, profissionais e formativas influenciam diretamente em suas concepções e crenças. Na seção a seguir, nos dedicamos a discutir as concepções de professoras da Educação Infantil sobre a inclusão de crianças com deficiência e relacionando-as à garantia de Direitos Humanos, a partir da análise dos dados coletados através da aplicação dos questionários.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar o perfil das participantes da pesquisa, percebemos que as sete respondentes identificaram-se como do gênero feminino e tendo idades entre 21 e 61 anos. Quanto a formação acadêmica todas possuem licenciatura em pedagogia e quatro delas possuem pós-graduação



lato sensu, sendo que uma não especificou a área temáticas e dentre as outras três, uma possui em psicopedagogia, outra em anos iniciais e psicopedagogia clínica e institucional e a terceira, em educação inclusiva e neuropsicopedagogia. Quanto à experiência profissional, todas atuam na Educação Infantil e duas delas já trabalharam em cargos de gestão, como coordenadora pedagógica e diretora.

Quando questionadas se haviam tido contato com temas relacionados à educação inclusiva em sua formação inicial, apenas uma das respondentes afirmou não ter tido contato com essa temática. Três delas indicaram ter cursado componentes curriculares que abordassem as temáticas. Dentre elas, uma resposta merece destaque, pois a respondente afirma que “Sim, algumas disciplinas distribuídas nos semestres” (Respondente 2).

A afirmação de que os componentes curriculares que abordaram a temática da Educação Inclusiva estavam distribuídos ao longo dos semestres é bastante relevante pois esse formato de organização curricular é o ideal, segundo Deimling (2013, p. 247) que afirma a

necessidade de os cursos de formação de professores discutirem nas diferentes disciplinas de sua matriz curricular a questão da inclusão escolar, em suas diferentes dimensões - respeitando a singularidade de cada conteúdo curricular -, com vista a formar um profissional consciente e preparado para a atuação na perspectiva da educação inclusiva.

No que se refere à formação continuada, dentre as sete respondentes, apenas três participaram de formações sobre a temática da inclusão após a conclusão da graduação. Esse dado é significativo, pois “a formação continuada se configura como uma importante oportunidade de os docentes ressignificarem suas concepções acerca das possibilidades em relação ao processo de ensino e aprendizagem dos discentes com deficiência” (Ferreira; Oliveira; Souza, 2023, p. 80).

O Quadro 1 apresenta as respostas dadas pelas respondentes para a seguinte questão: “O que vocês compreendem como Educação Inclusiva?”.

QUADRO 1 - O QUE VOCÊ COMPREENDE COMO EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

Respondente	Resposta
1	Oportunizar ao aluno com alguma deficiência um espaço acolhedor e atividades adaptadas para o seu desenvolvimento
2	Compreendo que a educação inclusiva é aquela que inclui todo e qualquer aluno com deficiência se enquadrando as suas dificuldades e por sua vez, habilidades apresentadas em sala de aula, tanto metodologicamente quanto



	estrutural, visando o aprendizado do aluno.
3	Educação que visa que os direitos de todas as crianças sejam atendidos, considerando suas necessidades individuais para que assim possam vivenciar todas as fases escolares para seu desenvolvimento pleno.
4	Adaptar o ensino com o intuito de garantir o acesso, permanência e condições de aprendizagem para todos, sem preconceitos e de forma que valorize as diferenças.
5	Garantir o direito de qualquer pessoa a aprender.
6	Pra mim é o direito que a criança especial tem de aprender e conviver com igualdade! Cada um vai aprender no seu tempo, uns mais rápido outros mais lentos, mas todos são capazes.
7	Potencialidades

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023

Em razão dos objetivos deste trabalho, é fundamental destacar que a Educação Inclusiva foi definida como um direito pelas respondentes número 3, 5 e 6. Além disso,

É fundamental, para a garantia dos Direitos Humanos das crianças com deficiência que os professores compreendam que a Educação Inclusiva, pois, do contrário, se os professores partirem de uma visão capacitista que acredita que as crianças com deficiência não devem estar em escolas de ensino regular, essa concepção irá refletir em suas práticas e configurando-se como barreiras atitudinais.

Entendemos como barreiras, conforme definido na Lei Brasileira de Inclusão (LBI):

qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança (BRASIL, 2015).

As barreiras atitudinais são um dos tipos de barreiras apresentadas na LBI e são definidas “como atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

A resposta dada pela respondente número 7, que afirmou compreender a Educação Inclusiva como “Potencialidades” é de extrema importância, pois vai ao encontro do que é identificado por Valle e Connor (2014, p. 84), que indicam que a Educação Inclusiva é “um



sistema de crenças de âmbito escolar, no qual a diversidade é vista como um recurso rico para todo mundo, em vez de um problema a ser superado”.

As respostas dadas pelas respondentes, quando questionadas sobre os desafios da inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, estão presentes no Quadro 2.

QUADRO 2 - QUAIS OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Respondente	Resposta
1	O entendimento das famílias e professores sobre as necessidades das crianças e da importância de um espaço acolhedor
2	Acredito que o maior desafio são sala de recursos e espaço adequado para atender
3	Acredito que as escolas não possuem estrutura física para atendê-los e não organizam um tempo de hora/aula adequado. Outro aspecto é a falta de acompanhamento de um profissional capacitado para o aluno com deficiência.
4	Despreparo da comunidade, tanto dos pais como da comunidade escolar para lidar com a inclusão. Falta de conhecimento
5	A escola não estar adequada à inclusão, não ter metodologia de ensino apropriada ao desenvolvimento da aprendizagem de todas as crianças, os professores não são capacitados a entender as especificidades das crianças, falta apoio pedagógico para desenvolver um ensino de qualidade.
6	Acredito que a falta de pessoas capacitadas para dar suporte, salas superlotadas com apenas uma professora.
7	Aceitação

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2023

Dois elementos são recorrentes nas respostas apresentadas no Quadro 2: a inadequação do espaço físico da escola e a insuficiência da formação dos professores para atuar em contextos educacionais inclusivos. Quanto aos desafios relacionados ao espaço físico, indicado pelas respondentes 2 e 3, é importante retomar a concepção de barreiras presente na LBI, pois, dentre as barreiras apresentadas, estão as barreiras arquitetônicas (BRASIL, 2015). Em razão disso, é fundamental, para a inclusão de crianças com deficiência, que os espaços escolares estejam adequados às suas especificidades.

Quanto à insuficiência da formação dos professores para atuar na Educação Inclusiva, percebemos que, apesar de apenas uma das respondentes ter afirmado não ter tido contato com



a temática da Educação Inclusiva na formação inicial, quatro das sete respondentes (respondentes número 3, 4, 5 e 6) indicam que a formação dos professores é um dos desafios para a inclusão na Educação Infantil.

Dessa forma, é possível inferir que apesar da temática estar presente na formação inicial dos professores, ela não é realizada de forma aprofundada e/ou não é realizada de modo a aproximar os futuros professores da realidade escolar em que atuarão profissionalmente. Um outro ponto fundamental e também relacionado às respostas dadas a questões anteriores, é o fato de apenas três das respondentes já terem participado de formações continuadas relacionadas à temática.

Nesse sentido, relevante destacar também o que indicam as respondentes 4 e 7 que apontam a “Falta de conhecimento” e a “Aceitação”, respectivamente, como os desafios da inclusão de crianças com deficiência, pois, é necessário que a invisibilidade e o silenciamento da deficiência sejam superados e a formação docente tem um papel central nesse processo: “[...] na formação docente - seja ela inicial, continuada ou em serviço, é preciso considerar os distintos modos de aprender, de participar, reconhecendo que a diferença está em todos e que não existe uma capacidade específica a ser alcançada” (MACHADO; BOCK; MELLO, 2022, p. 67).

A análise e discussão dos dados demonstra que as escolas precisam adequar seus espaços físicos para superar as barreiras arquitetônicas, além disso, a temática da inclusão, apesar de estar presente na formação inicial dos professores, não acontece de forma a contribuir com o preparo dos profissionais para a sua atuação profissional. Além disso, ações de formações continuadas, voltadas à temática, são necessárias para suprir essa demanda.

A formação de professores dentro da temática da Educação Inclusiva é crucial para romper com as barreiras que impedem o pleno exercício dos direitos das crianças com deficiência, rompendo com as barreiras atitudinais e concepções capacitistas a promovendo uma Educação Inclusiva comprometida com a garantia dos Direitos Humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a percepção de professores, que atuam em contextos inclusivos na Educação Infantil, sobre a inclusão de crianças com deficiência e relacionando esses dados a garantia dos Direitos Humanos. Identificamos que as professoras, que participaram da pesquisa, percebem a inclusão como necessária e como um direito, porém, essas profissionais indicam dificuldades e desafios para a efetivação da inclusão de forma qualificada.



O principal desafio identificado é a inadequação da formação de professores para atuar na Educação Inclusiva. Para que o direito à educação seja garantido às crianças com deficiência é fundamental que a temática da inclusão seja presente ao longo de toda a formação dos professores que atuam em contextos educacionais inclusivos.

Assim, compreendemos que é de extrema importância que, os professores e demais profissionais que atuam no contexto escolar inclusivo, percebam a inclusão escolar de crianças com deficiência como uma questão de direito e que a formação de professores tem papel central nesse processo. Esse é um elemento fundamental para a superação de barreiras sejam atitudinais, arquitetônicas ou de qualquer outra natureza, sendo essenciais para a inclusão, combate ao capacitismo e garantia dos Direitos Humanos das crianças com deficiência.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. Formar o professor pesquisador para um novo desenvolvimento profissional. In: ANDRÉ, M. (Org.). Práticas inovadoras na formação de professores. Campinas: Papyrus, 2016, p.17-34.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf> Acesso em: 20 out. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em: 5 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 5 nov. 2023

DEIMLING, Natalia Neves Macedo. A Educação Especial nos cursos de Pedagogia: considerações sobre a formação de professores para a inclusão escolar. Educação Unisinos, n.3, v.17, p. 238-249, 2013. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2013.173.08> Acesso em 05 nov. 2023.



FERREIRA, Giselle Coutinho; OLIVEIRA, Letícia Alves de; SOUZA, Flávia Faissal de. Entre os corredores da escola: formação de professores e ressignificação do trabalho pedagógico. REBELO, Andressa Santos; MARTINS, Bárbara Amaral; GUIMARÃES, Décio Nascimento Políticas e práticas educacionais em perspectiva inclusiva. Campos dos Goytacazes: Encontrografia Editora: Anped, 2023. p.74-90 Disponível em: https://encontrografia.com/wp-content/uploads/2023/03/E-book_Políticas-e-práticas-educacionais_20230324.pdf Acesso em 5 nov. 2023.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2021.

MACHADO, Rosângela; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; MELLO, Anahí Guedes de. A escolarização das pessoas com deficiência no Brasil: educação inclusiva e produção dos sentidos. In: SILVA, Solange Cristina; BECHE, Rose Clér Estivalet; COSTA, Laureane Marília de Lima. Estudos da deficiência na educação: anticapacitismo, interseccionalidade e ética do cuidado. Florianópolis: UDESC, 2022. p.146-169. Disponível em: https://www.udesc.br/faed/noticia/livro_da_editora_udesc_traz_estudos_de_laboratorio_sobre_deficiencia_na_educacao Acesso em: 5 nov. 2023.

MARCELO, Carlos. Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. Revista da ciência da Educação. n.8, p.7-22, 2009. Disponível em: https://unitau.br/files/arquivos/category_1/MARCELO_Developolvimento_Profissional_Do_cente_passado_e_futuro_1386180263.pdf Acesso em: 6 nov. 2023.

MORAES, Roque. Uma tempestade luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. Ciência e Educação. v.9, n.2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzdj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 8 nov. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. O que são direitos humanos? Disponível em: <https://unicrio.org.br/direitoshumanos/> Acesso em: 6 nov. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.

VALLE, Jan; CONNOR, David. Ressignificando a deficiência: da abordagem social às práticas inclusivas nas escolas. Porto Alegre: AMGH, 2014.